

"A CULPA É DO PROFESSOR": A GESTÃO POR DESEMPENHO E A DESVALORIZAÇÃO DOCENTE EM SANTA CATARINA

Erica Rodrigues[1]
Aline Daniel dos Santos [2]
Alexandra Carlesso Carneiro[3]

Eixo Temático: Formação de professores e trabalho docente

O debate sobre o Ensino Médio no Brasil atravessa um período de reformulações normativas, marcado pela Lei nº 13.415/2017 e, posteriormente, pela Lei nº 14.945/2024. Essas mudanças, orientadas pela flexibilização curricular e pelo alinhamento às demandas do mercado de trabalho, também repercutem sobre a organização e as condições do trabalho docente.

Essas transformações, contudo, não impactam unicamente nas trajetórias formativas dos estudantes; elas reestruturam a organização e as condições reais do trabalho docente. Nas últimas décadas, a difusão da racionalidade neoliberal na gestão pública fez emergir a figura do "Estado avaliador e regulador", em com mecanismos oriundos do setor privado como a gestão por desempenho, a padronização e o controle de resultados passam a ditar o cotidiano escolar (Silva, 2025).

[1] Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão - PR. Supervisora Escolar na Escola de Educação Básica João Roberto Moreira (São Domingos/SC). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0868-2256. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8316120942324775 . E-mail: 662956@profe.sed.sc.gov.br .

[2] Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientadora Educacional na Escola de Educação Básica João Roberto Moreira (São Domingos - SC). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Trabalho e Educação (GESTE)/Unioeste. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-3807-9737 . Lattes: http://lattes.cnpq.br/6356927402005458 . E-mail: alinesantos@sed.sc.gov.br .

[3] Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão - PR. Professora de Matemática na Escola de Educação Básica Padre Antônio Vieira (Ipuaçu/SC). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5972-3391. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6571575472575356. E-mail: 316642@profe.sed.sc.gov.br .



Nesse cenário, Ball (2010), destaca que a performatividade utilizada como uma tecnologia de regulação e forma de controle, que interfere na prática pedagógica que passa a ser continuamente julgada, quantificada e submetida a métricas, que moldam não apenas o fazer, mas a própria subjetividade e a identidade do professorado.

Nota-se assim que nos últimos anos, de forma mais intensa o Estado de Santa Catarina, vem se articulando cada vez mais com políticas locais que transformam a lógica da valorização docente em mecanismos de condicionamento e recompensa. A partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, este artigo propõe uma análise do Decreto nº 1.213, de 6 de outubro de 2025, o qual regulamenta o programa Qualifica+. A reflexão foca em identificar de que maneira essa política indenizatória mascara a ausência de um piso salarial justo e atua na intensificação e precarização do trabalho docente no estado.

As transformações nas formas de organização e gestão do trabalho, marcadas pela flexibilização, intensificação e precarização, também repercutem sobre a educação e o trabalho docente. Nesse contexto, a escola passa a responder às demandas de um mercado caracterizado pela instabilidade, competitividade e responsabilização individual dos sujeitos (Siqueira; Lamosa, 2023).

No Estado de Santa Catarina, conforme apontam pesquisas como a de Rodrigues (2023), e o relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina, Impactos da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (2023), os processos de alinhamento, intensificação, padronização e a burocratização excessiva do trabalho docente se agravaram com a contrarreforma do Ensino Médio, exigindo tempo além do habitual de trabalho.

Assim trazemos para o debate a “nova” política de valorização do trabalho docente, lançada em 6 de outubro de 2025 pelo governador Jorginho Mello (PL) e pela atual Secretária de Estado da Educação, Luciane Bisognin Ceretta. Trata-se de um programa de bonificação salarial, chamado de Programa de Qualificação e Fortalecimento do Aprendizado – Indenização Qualifica+. Conforme dados extraídos da



página da SED (2025), o programa faz parte do "Movimento Educação Levada a Sério". Segundo a SED (2025), a qualificação da aprendizagem dos estudantes é o principal foco do Qualifica+ SC. O programa visa à implementação de ações estratégicas voltadas à melhoria do fluxo escolar, à permanência dos estudantes e ao desempenho acadêmico, promovendo uma educação mais eficiente, equitativa e de qualidade.

Para isso, conforme aponta o Decreto nº 1.213, de 6 de outubro de 2025, em vigor a partir de sua data de publicação, está apto a receber 100% da indenização, o servidor que não tiver nenhuma falta, ausência ou afastamento; e 50% para servidores com até 5 (cinco) dias de falta justificada, ausência ou afastamento. E o servidor que neste período tiver falta injustificada; tiver falta justificada, licença ou afastamento em período superior a 5 (cinco) dias; perde o direito.

Esse movimento pode ser analisado a partir da lógica da Economia Comportamental proposta por Lamosa (2023), baseada no uso de estímulos financeiros para induzir comportamentos, em detrimento de políticas estruturais de valorização docente. Assim, o Estado recorre a um mecanismo de "recompensa/punição" imediata para induzir um comportamento desejado pelo mercado: a presença contínua, mesmo sob condições precárias de trabalho e saúde.

O professor que adoece em decorrência da sobrecarga, do estresse ou das condições precárias de trabalho é duplamente penalizado: perde a indenização e tem seu 'desempenho' questionado pelo sistema, passando a responsabilizar-se individualmente (Siqueira; Lamosa, 2023). O adoecimento docente, sintoma da precarização estrutural do trabalho, passa, assim, a ser tratado como 'falha comportamental' ou ausência de engajamento (Grison, 2025): novamente, a culpa é do professor. Percebemos, assim, que o "prêmio indenizatório – Qualifica+" tem o objetivo de formar um trabalhador adequado ao padrão de produção vigente, intensificado, precarizado, individualizado e autopunitivo, porém cada vez mais controlado pelo sistema (Magalhães, 2018, p. 142).

Nossas inquietações, ao término destas páginas, trazem os seguintes questionamentos: A que condições o professorado catarinense submete seu trabalho



devido a essa política de bonificação? Quais as percepções dos docentes sobre o programa Qualifica+?

Palavras-chave: Trabalho Docente. Precarização. Política de Bonificação.

Referências

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. ***Educação & Realidade***, [S. l.], v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865. Acesso em: 7 set. 2026.

GRISON, Everton Marcos. ***A saúde mental dos/das docentes da educação básica pública paranaense: um estudo a partir da perspectiva da cultura e do trabalho***. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

MAGALHÃES, Jonas E. P.; AFFONSO, Claudia R. A.; NEPOMUCENO, Vera Lucia da C. ***Trabalho docente sob fogo cruzado***. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

RODRIGUES, Erica. ***Padronização, alinhamento e controle da formação e do trabalho docente no novo ensino médio em Santa Catarina: parceria da Secretaria do Estado da Educação com o Instituto IUNGO***. 2023. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1.213**, de 6 de outubro de 2025. Regulamenta, para o exercício de 2025, o art. 6º da Lei nº 19.378, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 668, de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências. Florianópolis, SC, 6 out. 2025.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; SILVA, Juliano André Deotti; SIMÕES, Willian. ***Impactos da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.*** Florianópolis: Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), maio 2023. Disponível em: file:///C:/Users/PROFESSOR%20ACT/Downloads/Minuta%20Relat%C3%B3rio%20de%20Pesquisa%20Sinte-%20NEMSC%20-%2018-05-2023%20(3).pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

SILVA, Amanda Moreira da (org.). ***Reconfigurações do trabalho docente pós-2020****: ser professor(a) na era do capitalismo digital, plataformização e reformas educacionais*. Curitiba: CRV, 2025. 398 p.


IV CONGRESO INTERNACIONAL
EDUCACIÓN SECUNDARIA Y EDUCACIÓN INTEGRAL EN AMÉRICA LATINA
RECONFIGURACIONES DE LA ESCUELA PÚBLICA, DISPUTAS POLÍTICAS Y REFORMAS EDUCATIVAS
21, 22 y 23 de Octubre de 2026
Mesas y presentaciones de trabajos en línea y actividades presenciales con transmisión en vivo
UNISC
EDUCAÇÃO